



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA I REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMS ANO 2025
29-01-2025

Ao vigésimo nono dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, os membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Rio das Ostras (CMS) realizaram a I Reunião Extraordinária, na sala do CMS, situada na Rua Ethelberto Fontes, 290 Jardim Campomar. Tendo como pauta os seguintes assuntos: 1- Leitura para deliberação do prosseguimento do relatório da reunião das comissões frente a publicação da Lei nº 3026/2025, no Diário Oficial do Município edição 1780 de 17/01/2025, 2- Deliberar sobre parecer do Conselho de Saúde quanto a fiscalização da aplicação dos recursos destinados as ações e serviços públicos de saúde exercício de 2024, referente ao ofício da SEMUSA e Memorando nº 0027/2025-DEGAF. A reunião teve início as dezoito horas e doze minutos, com a presença de cinco conselheiros titulares – Mario Jorge R. de Paiva (SEMUSA), Thais Vogas Erthal (SINDERV-RO), Carlos Eduardo de O Gomes (ABEN), Nirvana Braga Braga (Adote), Victor D.H da Costa (ÉGIDE) e quatro conselheiros suplentes- Maria Christina S.V. de Souza (SEMUSA), Mariângela Alves de Queiroz (ADOTE), Karina Galdino da Silva (P.N.S.Conceição) e Valdirene do C.F.dos Santos (Ass. Raízes), os demais conselheiros justificaram sua ausência. O presidente do Conselho o sr. Carlos Eduardo cumprimentou a todos informando que havia quórum, fez a leitura da pauta, em seguida informou que a Associação AVISA, enviou um ofício substituindo os conselheiros titular e suplente, informou que o Conselho de Saúde de Rio das Ostras, recebeu um ofício circular nº 16/2025 datado 27/01/2025, do Conselho Estadual de Saúde, referente a 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, informou que Rio das Ostras realizou a etapa Municipal e foi realizada a etapa da Baixada Litorânea, sendo assim o Município de Rio das Ostras está dentro das exigências feita no Regimento Interno da Conferência Estadual. À mesa diretora composta por, 2º secretário do Conselho o sr. Mario Jorge, vice-presidente do Conselho a sra. Thais Vogas, pelo presidente do Conselho o sr. Carlos Eduardo e a secretaria executiva sra. Michelle Viana. Em seguida pediu para o 2º secretário e conselho Mario Jorge fazer a leitura do relatório feito pela comissão em resposta ao Memorando nº 27/2025-DEGAF, solicitando parecer do Conselho Municipal de Saúde, quando a fiscalização da aplicação dos recursos destinados as ações públicas de saúde. Após a leitura do relatório a conselheira Mariângela-ADOTE, explicou para plenária sobre o documento, ressaltou que o Conselho de Saúde não faz auditoria fiscal, que foi elaborada uma resposta didaticamente ao documento, falou do reconhecimento e respeito pelo trabalho que o Conselho de Saúde tem realizado, falou que a Secretaria de Saúde tem até o final do mês de fevereiro para apresentar o 3º quadrimestre, são dividido em 3 etapas e o Relatório Anual de Gestão-RAG, tem o prazo até 30 de março para ser apresentado ao Conselho, no documento emitido pela Secretaria de Fazenda, foi solicitado o parecer do Conselho de Saúde até dia 20 de fevereiro de 2025, como não foi feito a apresentação do 3º quadrimestre, sem as informações necessárias, não tem como emitir o parecer, o conselheiro Mario Jorge, falou como é elaborado o RAG, o s.r. Rubens, perguntou quem é responsável por digirir este dinheiro, foi respondendo que o responsável é o Fundo Municipal de Saúde, a conselheira Mariângela falou que conselho de saúde pode recomendar, fazer moção, inclusive vai ser apresentado no segundo relatório, sobre recomendações, a respeito do decreto feito pelo executivo sobre calamidade pública e da situação emergencial de saúde, a comissão se reuniu e foram feitas algumas recomendações, do que os municípios passam, os usuários do SUS, e das demandas que



chegam para o Conselho de Saúde, para que entre no Plano de Ação que está para ser apresentado, segundo a ata do dia 02 de fevereiro de 2025, falou que este é o segundo assunto em pauta, será mais participativo pelos presentes, quem dirige o dinheiro é o Fundo Municipal de Saúde, e a Secretaria de Planejamento e Gestão com a Secretaria de Fazenda quando chegam as demandas e não é mexido no dinheiro que está na conta, eles remanejam, a sra. Katia Macilo, falou das dificuldades na gestão anterior onde o sr. Vanderlei Campos, era presidente do Conselho de Saúde, principalmente durante a pandemia, várias discussões on-line, dizendo que o Conselho é deliberativo, que a gestão precisa prestar contas ao Conselho, citou que na época, queriam desapropriar o prédio da SEMUSA, ela falou que não poderia desapropriar antes de apresentar ao Conselho de Saúde, a sra. Mariângela falou que nesta gestão, se não for apresentado ao Conselho de Saúde, não será aprovado, o conselho fara uma notificação junto ao Conselho Estadual de Saúde, falou que até o momento não estão encontrando nenhum problema em relação a gestão, vão ser feitas as recomendações. O sr. Luís Antônio pediu a palavra e falou que era a primeira vez em uma reunião do conselho de saúde, falou que no ano de 2024 foi no programa Brasil Sorridente, tinha duas funcionárias devidamente uniformizadas e nada mais, ressaltou a falta de material. O presidente do conselho informou que foi feita uma inversão de pauta, em seguida colocou em votação o relatório sobre emissão do parecer em resposta ao Memorando nº 27/2025-DEGAF, lido em reunião e aprovado por unanimidade para ser entregue aos setores pertinentes. Prosseguindo o conselheiro Mario Jorge fez a leitura do segundo relatório baseado no art. 1º da Lei nº 3026, de 17 de janeiro de 2025, sancionada pelo Poder Executivo que decretou, em seu art.1º, o Estado de Calamidade Pública e o Estado de Emergência em saúde Pública no âmbito do Município de Rio das Ostras, declarado pelo decreto nº 4190/2025, pelo prazo de 100 dias, prorrogável por igual período em razão da desassistência a população causada por insuficiência de recursos humanos, materiais e estruturais para atendimento as demandas da rede pública de saúde. Jornal Oficial nº 1780/2025, p.4. O conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância, vem recomendar a inclusão no Plano de Ação dos Pontos Listados e a apresentação com urgência que o caso requer ao sr. Secretario e ao Exmo. Sr. Chefe do Poder Executivo as seguintes recomendações. 1- Desmobilização da tenda e solução para internação digna de pacientes, pelo exposto na sequência. 2- Regularização urgente do estabelecimento CEO tipo I-Programa Brasil Sorridente e Saúde Bucal na Atenção Primária.3- RDC ANVISA Nº 36/2013. 4- Informatização da Saúde. 5- Atentar para a recomendação MP-RJ encaminhada para gestão anterior para que a prefeitura de Rio das Ostras não os contrate. 6- Informatização dos Processos Licitatórios. 8- Atentar para recomendação do MP-RJ recomendação nº 006/2023-1PJTCOMAC. 9- Atentar para recomendação do MPRJ nº 011/20241PJTCOMAC. 10- Planejamento de trabalho dos pré-requisitos necessários para adesão ao novo PAC da Saúde.11- Auditoria nos contratos e na medição das prestações de serviços sem contrato. 12- Processo de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água potável das Unidades de Saúde.13-Licenças Sanitárias dos estabelecimentos assistenciais de saúde informadas no CNES.14-a SALA DE IMAGEM DO Hospital está em situação irregular sem licença de funcionamento. 15-Planejamento estratégico de todas as Unidades de Atenção Primária.16- Certificado de controle de pragas em local visível. 17- Termo aditivo 02 contratos 035/2023- GLOBAL MED-EXTRATO., após a leitura mostrou as imagens do estado que se encontra a tenda, a conselheira Mariângela falou da sua experiencia internada por 14 dias na tenda e os registros feitos por ela, o sr. Claudio Veloso, perguntou sobre o contrato da tenda se era com a manutenção ou só a locação, foi respondido que o contrato é só de locação da tenda, a limpeza é outro contrato, manutenção também, o sr.



Claudio Veloso falou que assistiu uma entrevista em uma emissora de tv, onde o atual prefeito Carlos Augusto e o Secretário de Saúde Dr. Fabio Simões, informaram o estado que se encontra a tenda, perguntou para conselheira Mariângela, nos dias que ela ficou internada, quantos leitos estavam ocupados, ela informou que todos, foi citado que os equipamentos estão sucateados, não tem cadeiras para acompanhante, o sr. Claudio Veloso falou que o estado de calamidade não é tão grave, mas sim a desassistência contra a dignidade humana. Neste momento a plenária entrou em discussão sobre o assunto da desumanidade, e o presidente do conselho pediu para quem quiser se manifestar fazer inscrições para seguir uma ordem, o sr. Claudio, falou que continuar com esta tenda, atenta contra a dignidade do paciente que se encontra vulnerável, falou que o Hospital de Barra de São João, atendia, tinha cirurgias, entrou o Governo do Estado e acabou com o Hospital, falou que virou palanque político de uma promessa da terra prometida que nunca existiu, sugeriu chamar o prefeito Ramom e noticiar o Governo do Estado para ter um consórcio ocupar aquele hospital provisoriamente para transferir estas vítimas de uma desassistências, falou que passou pelo hospital e gostaria muito de saber como está o interior do local, a saúde deve ser levada a sério, e está indignado com esta situação, a conselheira Mariângela-ADOTE, falou que todos estão indignados que esta situação, mas o conselho tem que seguir protocolos, e estamos tomando providencias cabíveis, em relação a saúde bucal, quanto as outras áreas, existe um problema atras do outro, e fica a pergunta do que é mais grave, a comissão estava relatando sobre a tenda e surgiu a saúde bucal, o pedido de credenciamento, que o Conselho indeferiu. A plenária entrou em discussão sobre o assunto, o presidente do conselho sr. Carlos Eduardo, pediu para seguimos a ordem das inscrições, por ordem a sra. Katia Macillo, falou que quando saiu o assunto de calamidade pública, ela foi a primeira a dizer que não cabia calamidade pública, não tinha nenhum tipo de desastre, o que se enquadrava em questão de emergência publica era a desassistência, não por falta de pessoal, não por falta de atendimento, contratos que a saúde tinha, contrato com a RG para informatizar a saúde, contrato da tenda, falou de uma convivência, que os fiscais de contrato deveriam fiscalizar, que a tenda trabalhou sem contrato por algum tempo, tudo que foi colocado ali dentro foi pelo Município, contrato de limpeza de 80 milhões, médicos 28 milhões, cirurgia de olho três milhões e oitocentos, a conselheira Mariângela-ADOTE perguntou a sra. Katia se ela participou da comissão de fiscalização e o que ela fez enquanto participou desta comissão se ela tinha feito este levantamento, a sra. Katia respondeu que fez esse levantamento e depois teve que sair para campanha política, fez o relatório da RAG, falou que houve uma briga na reunião porque queriam que a provasse com ressalvas e foi aprovada para publicar, falou que ela e Maria Clara-AVISA não aprovaram, e que a gestão passada ficou de apresentar alguma coisa, depois que a Katia saiu, ela não sabia informar se apresentaram, mais que a desassistência não é por falta dos contratos, que tinha gente trabalhando por todo lado na secretaria, a desassistência que deve criminalizada, tem uma serie de pessoas que estão ai que facilitaram para que estas coisas continuassem, desde do fiscal de contrato, ao legislativo, todo mundo facilitou esta situação, que não pode cair no colo do conselho, e queria saber se foi citado na lei o relatório de uma auditoria independente, ela deveria ser pública, vai abrir um processo criminal de tudo que aconteceu aqui, porque se aconteceu todos os mecanismo falharam, dos fiscais de contrato pelo próprio legislativo, pelo que foi arquivado, perguntou se tinha algum vereador presente, entrou gente nova e que não vai haver novas atitudes. O s.r. Claudio Veloso falou que ouviu deste relatório que os reservatórios dos postos de saúde estão contaminados a água está contaminada, perguntou para Nirvana-ADOTE, se estava com laudo ou sem laudo, foi respondido sem laudo, o presidente do conselho mais uma vez pediu para seguimos as inscrições com fala de cinco minutos para cada inscrito, Katia falou que pagamos uma alimentação de nove



milhões, maior que qualquer hospital na Lagoa, o tempo todo que nem 40% deste contrato é para paciente resto é só por indicado deles, que viu carne chegar dentro de uma picape junto com material de limpeza, ela perguntou para uma nutricionista de onde vinha a carne, foi respondido de um açougue que todo mundo compra Farias, ela abriu o frigorífico deles, era peixe junto com alho, do lado tem um material de limpeza e pendurado tenha um guarda pó, citou mais uma vez que nós pagamos mais que um Hospital da Lagoa, que a hemodiálise esta paga, que temos um contrato, que a desassistência é criminosa, o desvio de dinheiro, que não tem poder de polícia muito menos de investigador, mais isso precisa ser apurado, muita gente morreu, muita gente sofreu, muita gente ficou mutilada, muita coisa aconteceu, que está orgulhosa com nova formação do Conselho, que realmente o conselho a representa. O presidente o conselho agradeceu, o conselheiro Mario Jorge, explicou sobre a questão que foi falada da água, que o está sendo cobrado a limpeza e desinfecção dos reservatórios de água potável das Unidades de Saúde. Em seguida passou a palavra para o sr. Marcio Tadeu, falou que esse relatório foi tudo que a comissão conseguiu enxergar, que na época que ele era conselheiro de saúde, precisava ter para-raios, que chegou comentar com o antigo Prefeito e Secretário de Saúde, e nada foi feito, que na época foi com o sr. Vanderlei lá e tinha 24 pessoas internados com covid usando respirador, se caísse um raio parava tudo, queima a rede elétrica, que estão há 02 anos tentando o conserto do para-raios, citou que há 02 anos atras foi feito um relatório e não tem evidencias de limpeza de cisternas e caixas d'água nas Unidades de Saúde, na Farmácia Municipal a cisterna não tem um cadeado, que a saúde não tem procedimento operacional padrão para nada, cada um faz do seu jeito. A conselheira Nirvana-ADOTE, pediu para fazer uma parte, falou que na gestão anterior ela estava na chefia ficou por pouco tempo, disse que tem um relatório da vigilância sanitária no período da sua gestão da situação de todas as Unidades de Saúde, e pediram para parar de fazer estes relatórios, disse que é uma situação absurda porque quando falam limpeza de caixa d'água parece que a Vigilância tem até culpa dessas situações, mais é muito mais complexo, o sr. Marcio Tadeu finalizou relatando vários problemas desde da gestão anterior. A conselheira Mariângela citou que o documento feito pela comissão é uma recomendação que vai ser encaminhado ao Ministério Público. Com a palavra o sr. Luís Eduardo, falou que a formação dele não é de saúde e sim de projetos, mas está vendo a questão da tenda e conheceu um pouco da tenda quando foi visitar algumas pessoas que estavam internadas, realmente é um caos, perguntou se já existe um diagnóstico de quantos leitos precisa para um município de 170 mil habitantes. O sr. Rubens, falou que tem casa em Rio das Ostras desde de 1978, perguntou quanto tempo o Conselho acompanha a gestão, fala da culpabilidade do passado e que precisa definir o futuro, sugeriu convocar uma audiência pública para que seja discutido sobre a saúde de Rio das Ostras, sobre a gestão passada, quem foi responsável e haver consequências. A sra. Maria Christina-gestão falou que o conselho declara emergência e desassistência. O sr. Vanderlei Campos, solicitou e reforça conseguir o relatório apresentado que declara a calamidade, e que fosse publicado, porque o governo fala que o conselho declarou calamidade emergência, entendimento de relação responsabilidade, a sra. Katia perguntou sobre a denúncia de insalubridade da tenda ao Ministério Público, o sr. Vanderlei falou sobre documentos encaminhados ao Ministério Público, sobre a informatização e do prédio da SEMUSA, o presidente do conselho o sr. Carlos Eduardo lembrou a todos os presentes que as reuniões do conselho têm duração de duas (02) horas, solicitou a plenária mais 30 minutos e aprovado por todos. A sra. Lucimar, da pastoral da AIDS, trabalha com acolhimento e prevenção, com parceria com o SAE e AVISA, citou que no SAE está lutando para conseguir comprar a casa com um espaço melhor para o funcionamento do setor e melhor atendimento aos pacientes, no momento são atendidos 1700 pacientes, que sua recomendação fosse a compra da casa



para o SAE, com um lugar para coleta de sangue para que os pacientes não fiquem expostos por conta do preconceito, que no momento o SAE tem 1 médico infectologista, para agendar uma consulta está demorando 03 meses. Finalizando foi colocado em votação as inclusões na recomendação feita pela comissão e aprovado pelo pleno. As 20:20h deu por encerrada a Reunião, que seguiu assinada pelo presidente Carlos Eduardo de Oliveira Gomes e por mim Michelle do Nascimento Viana, secretaria executiva do Conselho Municipal de Saúde de Rio das Ostras.

Carlos Eduardo de Oliveira Gomes.
Presidente do CMS

Michelle do N. Viana
Secretaria Executiva do CMS



CMS
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE